

ZÉ POVINHO E SANCHO PANÇA: DE DORÉ A RAFAEL BORDALO PINHEIRO, PASSANDO POR CERVANTES

A especial relação entre o Zé e Sancho tem de tomar em conta dois aspectos distintos: por um lado, a hipótese de os desenhos de Gustavo Doré (1833-1883) na edição francesa do **D. Quixote** (de 1863, só editada entre nós, em tradução dos viscondes de Castilho, em 1876) (1), estarem na origem propriamente icónica da figura aparecida em 1875 na **Lanterna Mágica**; por outro, e o que será decerto bastante mais interessante para o tema que temos vindo a estudar, o confronto propriamente simbólico entre o escudeiro espanhol por Cervantes em 1605 e o labrego português desenhado por Bordalo Pinheiro mais de dois séculos depois.

Teria Bordalo Pinheiro sido influenciado pelos desenhos de Doré na edição francesa de **D. Quixote** de 1863? Teoricamente, nada nos impede de o pensar, já que medeiam doze anos entre a publicação da edição francesa e o aparecimento do Zé nas páginas da **Lanterna Mágica**: sabe-se que as ilustrações de Doré tiveram imensa voga europeia e mundial durante oitocentos.

Entre nós, a sua celebridade pode confirmar-se pelo artigo que, já depois da morte de Doré, Ramalho Ortigão lhe dedicou em 1886(2), estudo que serviu de introdução à edição portuguesa das fábulas de La Fontaine ilustradas pelo artista alsaciano (3).

Muitas outras obras célebres correram mundo, acompanhadas de gravuras desenhadas por Doré: a lenda do Judeu Errante: os contos de Balzac, a Bíblia, os contos de Perrault, as obras de Tennyson, Ariosto, Chateaubriand, Rabelais, etc. Nada nos impede de pensar que livros dum ilustrador tão célebre como Doré figurariam decerto entre os da biblioteca do nosso Bordalo. O que nos parece mais importante é comparar a figura mesma do escudeiro cervantino em várias edições ilustradas com o nosso Zé: olhemos, por exemplo, o escudeiro de **D. Quixote** tal como o desenharam Agustin Navarro (edição de Madrid, 1797), Urbano Manini (Madrid, 1868), J. J. Grandville (edição francesa de Tours, 1858), R. A. Stothard (Londres, 1801), Rafael Jimeno (Madrid, 1797) (4).

É evidente que nenhum destes Sanchos lembra tão flagrantemente o Zé Povinho bordaliano como o de Doré. Se folhearmos uma edição do **Quixote** com desenhos do artista estrasburguês, notamos de facto uma inegável semelhança: tanto Sancho como o Zé são dois camponeses sólidos, entroncados, um tanto obesos, baixos, de colete e botas (as calças diferem: as de Doré estão próximas do que deviam vestir

os campónios no séc. XVII, as de Sancho, dum tecido rude e geralmente remendadas, são as dos rústicos portugueses do séc. XIX...) chapéu, barba descuidada ou por fazer, rosto largo, lábios grossos, expressão mazorril, cabelo escuro, despenteado e crespo, tipo somático braquicéfalo. Sancho, segundo a tipologia de Kretschmer é um *pícnico*: entroncado, rosto largo e mole sobre um pescoço grosso, ventre saliente. Em suma, homens rudes, campestres, de rosto rubicundo e expressão um tanto alvar, sem finura, compleição taurina, bocas de lábios carnudos e dentes sólidos. Tanto Sancho como o Zé são do mesmo tipo morfológico, próprio de homens laboriosos e rústicos: são gente do campo, de indumentária simples e grosseira, calças de estopa ou linho, camisa igualmente rústica, sobre a qual usam um eterno colete surrão, desapertado, chapéu de campónio, expressão popular, sem finura nem espiritualidade... Homens do campo, sem educação nem mimos no vestir ou no falar, já se vê, Sancho e Zé irmanavam-se sem dúvida como dois inegáveis homens do povo e do campo, dois rurais boçais e primitivos. De ambos se pode dizer o que Gabriel Celaya consignou como tropos e sanchescos:

*"Sancho-bueno, Sancho-arcilla, Sancho-pueblo
(...)
Sancho-vulgo, Sancho-nadie (...)
Sancho de pan y cebolla
Trabajado por los siglos de los siglos, cotidiano
(...)
Sancho-pueblo, Sancho-ibero,
Sancho-entero y verdadero
(...)
Sancho-Charlot (...)
Sancho que todo lo aguantas
(...)
Sancho con santa paciencia,
Sancho con buenas alforjas,
que en el último momento nos das (...)
el pan, el vino y el queso
(...)
Hombres a secas, Sancho-patria, pueblo-pueblo,
pura verdad, fiel contraste
de los locos que te explotan (...)
Sancho-firme, Sancho-obrero
(...)
Sancho sin nombre (...)" (*)*

Pondo de lado o intuito evidente destas loas poéticas dedicadas a Sancho por Celaya, o que aqui nos interessa agora é sublinhar apenas a

semelhança icónica, exterior, somática, entre uma figura simbólica que Doré ilustrou de modo inconfundível, em 1863, e uma outra que, aparentemente nascida "ex nihilo" e "ab abrupto" em 1875, teria saltado do lápis de Bordalo Pinheiro para as páginas duma revista portuguesa — e dali para logo correr com as suas próprias pernas, autonomizando-se do seu paterno criador, logo aparecendo noutros jornais e entrando até para a língua portuguesa.

As diferenças propriamente formais entre o nosso inconfundível Zé (mantido aliás estável e invariável desde 1875 aos nossos dias) e o Sancho Pança de Doré são secundárias: o escudeiro de Quixote usa um chapéu de abas largas, um pelote em vez de um mero colete... Mas as semelhanças são bem mais relevantes: basta folhear as vinhetas e as gravuras da edição ilustrada por Doré para nos darmos conta da impressionante semelhança: ei-lo, por exemplo, atrás do amo, a observar o diálogo entre o Cavaleiro andante e "Maese" Pedro, ou a abraçar em lágrimas o burrico que julgava perdido, ou a conversar com o amo, ou na sua terra, ou no meio da Serra Morena, ou a autoflagelar-se, ou a jantar durante o seu governo da Baratária⁽⁶⁾: são tudo situações em que qualquer um confundiria evidentemente o escudeiro de D. Quixote e o nosso Zé Povinho.

Mas o mais importante neste confronto Sancho/Zé está na semelhança simbólica que ambas as figuras possam ter. Ao desenhar no **Expresso**, um Zé Povinho a fazer de escudeiro de D. Quixote⁽⁷⁾, o nosso contemporâneo António fazia, porventura sem o querer, uma evidente aproximação das funções simbólicas atribuídas aos bois labregos, o da Mancha e o Lusitano. É sobre este novo confronto que nos queremos agora debruçar. Antes de mais, há que sublinhar esta diferença crucial entre Sancho e Zé: o primeiro faz parte dum *duo*, é um componente básico duma relação dialéctica senhor/servo ou amo/aio, já que D. Quixote e Pança não se podem dissociar, tanto na imaginação de Cervantes como no inconsciente colectivo (espanhol e até humano) donde brotaram — e onde ainda se movem. Como o disse taxativamente Unamuno: "Sem Sancho, D. Quixote não é D. Quixote, e necessita mais do escudeiro que o escudeiro do amo. Como é triste a solidão do herói! Porque os vulgares, os rotineiros, os Sanchos, podem viver sem cavaleiros andantes, mas o cavaleiro andante, como viverá sem o povo?"⁽⁸⁾.

Por outras palavras, Sancho é indissociável do seu amo, é um "Doppelgänger" clássico de todos os grandes romances (baseados na dualidade do herói central, acompanhado dum "alter ego" que é, de certo modo, a sua antítese e o seu indispensável complemento psicológico e humano). Sancho é a exacta antítese antropológica e cultural de Alonso Quijano (que se julgava Quixote): é um plebeu, um rústico, um simples, um mero homem do povo, um cabreiro, um campónio sem letras nem mimos

de instrução, um ser crédulo mas astucioso, banal, rotineiro, cheio de bom senso e desses rifões populares que vai tecendo a todo o momento das suas aventuras e desventuras ao lado do amo manchego. Note-se que Sancho não acompanha D. Quixote desde o início: só é seu escudeiro depois das trasquibérrias que o fidalgo sofre por ocasião da primeira saída, a solitária; doravante Sancho será seu fidelíssimo acompanhante, sombra, *alter ego* — com raras exceções em que a solidão pesa ainda mais ao Cavaleiro andante.

Na relação senhor/servo ou cavaleiro/escudeiro, Sancho simboliza a materialidade, a rusticidade, a rotina e o mero bom senso destituído de metafísica ou instrução. É o tal "Sancho-vulgo" e "Sancho de pan y cebolla", "hombre as secas" de que falava o já citado poema em seu louvor ⁽⁹⁾. Ao seu invés, o leptosomático, esguio e fino Quixote representa o idealismo, a cultura, a educação, o "Bildung" da Renascença, o crente nas quimeras e nas Ideias, devoto da Glória. Juntos, são dois pícaros antagônicos que se completam e, apesar de tão opostos em tudo (aspecto somático, educação, fins visados e cultura), se harmonizam e conjungam com exemplar felicidade mútua — e uma imensa fidelidade por parte de Sancho, devotado admirador de D. Quixote. Na segunda saída, escreve Unamuno, D. Quixote já não vai só: "leva consigo a humanidade" ⁽¹⁰⁾.

D. Quixote, tendo Sancho a seu lado ou atrás de si, fica completo. Por isso precisa tanto dele... Precisa para ser ouvido, para ser seguido, para ser mestre e guia de alguém na subida à montanha donde se descortina o panorama da humanidade e da história. "Sancho foi o seu coro, a humanidade toda para ele", comenta ainda Unamuno ⁽¹¹⁾. Esta ideia de que, no fundo, há uma consubstancial identidade entre o amo e o escudeiro levou outro intérprete da obra cervantina a afirmar que, no fundo, Sancho não passa duma "transposição de Quixote numa clave diferente" ⁽¹²⁾. Uma fé completa da Matéria na Ideia, de Sancho em Quixote, anima este duo de pícaros, ainda que ao primeiro excite o sonho de ser governador e ao segundo interesse, apenas o prémio da Cavalaria, a inacessível Dulcineia, isto é, a Glória. Homem do povo, prudente e banal, Sancho não se atira para o combate por ânimo resolutivo de cavalarias altas: cheio de medos, Sancho só é heróico quando combate em legítima defesa. Então, sim, é capaz de rompantes heróicos. Mas acima de tudo, ele *acredita*: é um S. Pedro que acredita no seu guia, mau grado um ou outro desfalecimento da sua fé de carvoeiro. Daí a sua indesmentível lealdade ao amo. Isto explica talvez a insegurança e a sua saúde que avassalam D. Quixote quando, em duas ocasiões, tem que estar e agir sozinho. Uma delas foi ao deixá-lo a governar a ilha de Baratária (Cervantes diz que ele sentiu "soledade", cap. XLIV da 2ª parte); e que, mal Sancho partiu para o seu salamônico governo, sentiu "saudades" do seu *alter ego*. Quem diz Quixote, diz Sancho,

e vice-versa: o sonho de um não pode viver sem o senso comum e o sentido prático do outro, a quimera do primeiro sem o realismo prático do segundo. Muitas vezes sucedeu até trocarem de atitude vital e psíquica: Sancho faz-se temerário, Quixote prudente (14). O asno e o rocim iam sempre lado a lado, o animal de carga a par da pileca de donaire e aventura, Ruço (Rocio) e Rocinante.

Eram, Quixote e Sancho, um duo inseparável. Sem o escudeiro, o Cavaleiro não passa dum herói solitário. Com Sancho à ilharga, Quixote é um aventureiro seguido dum exército. Por isso, ao ficar só na Serra Morena e em casa dos duques (que são as duas únicas ocasiões em que não fazem companhia um ao outro), Quixote nos comunica — observa Meréndez Pidal — a mesma saudade (*añoranza*) pelo escudeiro (15). Assim as andanças e façanhas de um são as do outro: Sancho e o seu amo completam-se *em devir*, completam-se um ao outro à medida que percorrem as terras de Espanha em busca de destinos que talvez divirjam formalmente (a ambição dum governo move Sancho, só o Ideal impele D. Quixote) mas que se vão moldando reciprocamente, identificando-se na mesma pícara derrota. À solitária e talvez vesânica busca de Quixote vai dando “Sancho-bueno”, o tal “Sancho-vulgo, Sancho-Tanso” o seu apoio, o seu bom senso, a sua fidelidade e o seu serviço — “Santo e bom!” (16).

Lado a lado, estes dois homens formam a humanidade integral, louca e prudente, insensata e sensata, idealista e prática, quimérica e materialista, absurda e rotineira... Que a um mova a ambição de governar uma ilha e fazer da sua modesta Teresa Pança (17), a mulher dum governador, e que a outro mova tão só o puro amor da Glória, nada tira à comum vivência destes dois homens que, juntos, formam a aventura da Humanidade, oscilando sempre entre o Real e o Ideal, o quotidiano e a quimera, a Topia e a Utopia, o pão terrestre e o Espírito, o pão material dos idealistas, o bom senso empírico (ou a sabedoria espontânea) e a fantasia.

Em suma, Sancho não pode ser dissociado do ente de que ele é *alter ego*, companheiro, metade. Sancho, como símbolo, integra a especial simbologia dupla do livro de Cervantes (e, para além dele, o inconsciente colectivo espanhol). Esta fusão indissociável (ou este Uno no Múltiplo) dos dois personagens foi aliás poderosamente transformado em fábula num curto conto de Kafka: foi Sancho que, ao extrair de si o seu demónio, chamado Quixote, o seguiu, vivendo então fascinantes aventuras (18). O nosso Zé, ao contrário, não faz parte de nenhuma dualidade simbólica: ele é um solitário, não entra em composição com nenhum outro eu, não é **Doppelgänger** de ninguém, actua sozinho e nem se lhe conhece companheira ou esposa legal. Às vezes, nos desenhos do seu criador, Zé Povinho ia acompanhado de Maria Paciência, ou “ti Paciência” ou “tia Maria”, sem que, contudo, se possa afirmar categoricamente se se trata da sua mulher ou apenas de

uma espécie de Zé Povinho fêmea, de homólogo feminino do “Zé Paciência”... Ao longo da sua vida — e apesar de, desde 1875, ter aparecido também, curiosamente sem continuação, um Zé Povinho garoto — na **Lanterna Mágica**, um “Zé Povinho Júnior” espreita as brincadeiras dos “meninos grandes” da política nacional ⁽¹⁹⁾ —, o Zé parece ter ficado solteiro e sem descendência, embora às vezes, para efeitos concretos, os caricaturistas o tivessem dotado duma família ocasional — como sucede em 1915, para “celebrar” a eleição de Bernardino Machado à presidência da República: o Zé dá à família um “opíparo copo de água” que não passa dum copo tirado a uma fonte pública ⁽²⁰⁾. Seja como for, este Sancho luso não tem Teresa conjugal nem filhos. Ao invés, Sancho integra um duo que lhe dá sentido e no qual, por dialéctica e sinergia, ganha perfil, densidade psicológica e carácter. Recordemos de novo a parábola de Kafka sobre a relação Sancho/Quixote: o primeiro arrancou de si o seu Demónio pessoal e depois teve de o seguir, vivendo com ele aventuras sem fim. Ora o Zé, por natureza e *ethos* essencial, não tem *demónio* íntimo. Pode ter desconfianças, cóleras, entusiasmos, birras, explosões de mau humor e até de revolta: mas não é companheiro de ninguém, não tem Demónio que expulsar de si mesmo, seguir ou perseguir, antes vive ensimesmado, cabisbaixo e resignado, geralmente indiferente ou céptico diante de promessas de Baratárias utópicas, embora, com insistente reincidência, creia nos políticos que lhe prometem bacalhau a pataco e um passadio mais desafogado ⁽²¹⁾. A sua Baratária é dum prosaísmo enorme: quer a vida menos difícil, menos pauladas da fome, dos senhorios, do fisco, das autoridades, menos promessas e mais carne no prato, aliás sempre tão cheio de editais que não alimentam... ⁽²²⁾.

Quando, em 1917, lhe falam das “aparições” de Fátima, o Zé, azedado e descrente por ter o estômago mais vazio ainda nesses tempos de guerra na Flandres e em África, vê perfilar-se um esqueleto no horizonte e observa: “— A fome! Esta é que é a verdadeira aparição, palpável e real!...” ⁽²³⁾. Eterno burro de carga fazendo funcionar os alcatruzes da geringonça dos políticos e da economia nacional, o Zé-Burro da nora vê os políticos sucederem-se no poleiro, ora subindo, ora descendo, enquanto ele acumula albardas e distila infindáveis caudais de suor ⁽²⁴⁾. Apesar de o decretarem soberano, ridícula e irónica antonomásia que não passa afinal de antifrasede, o Zé nunca será, nem para desfrute de uns poderosos, como na obra de Cervantes, governador fictício dum reino emprestado por algumas horas. Este ponto merece destaque no confronto entre o nosso estereótipo e o escudeiro espanhol. Recordemos que Sancho é aliciado pelo Cavaleiro, decidindo-se a deixar a sua actividade, bem como a mulher e os filhos, para acompanhar Quixote como aio, em troca da promessa feita de que será governador de uma ilha. esta ambição material leva o lavrador a seguir o Cavaleiro idealista: é de facto a ambição que inicialmente (e

fundamentalmente) fascina Sancho e o leva a tudo deixar em troca da ideia de fazer Teresa rainha e os filhos infantes ⁽²⁵⁾. Essa ambição tem, é certo, uma realização que, por ser burlesca, não é menos autêntica e promissora. O governo da ínsula, prometido e afinal dado, dá-nos ainda uma amarga lição acerca da inutilidade de impérios seculares (Quixote é Colombo, Sancho é Cortez ou Pizarro), na medida em que demonstra, apesar do fito paródico de quem afinal permitiu a experiência de poder sanchesco, que o mero bom senso, assistido de um inato sentido de justiça e dum real amor a todos os governados, operam melhor governação, administração e justiça que o tradicional mando nas mãos de classes aristocráticas, esses duques insolentes e desapiedados que tinham “dado” Baratária a Sancho Pança para este poder crer que fora alcandorado a governador. Uma vez feito soberano carnavalesco, Sancho mostrou que um labrego, fiado apenas no seu sentido inato de justiça, com a sua alma tão só alumada pelo *lumen rationis*, era um novo Salomão, lhaníssimo e humano, sensato e equânime, justo e bom: terrível lição feita *in anima vili* diante daqueles duques que tudo mandavam, incapazes de compreender que aquele gordo e caricato cobreiro manchego, sem posses nem estudos, seria capaz de proferir sentenças tão simples, penetrantes e justas. Nesta prometida (e cumprida) promessa de Quixote ao seu escudeiro escondia-se afinal uma transcendente parábola política: um plebeu, um labrego, um homem bom e vulgar, pode ser tão bom governante — quiçá melhor — do que aquela aristocracia à qual cabia, na Espanha de Filipe III, o mando do mundo e dos negócios públicos.

Quanto ao Zé, ele não passa do governador que ninguém ousa sonhar sentado nas poltronas do poder. Os caricaturistas imaginaram-no, às vezes, exercendo a tal soberania de que o dizem de facto detentor: ei-lo, por exemplo, no Parlamento, muito seguro de si, a reivindicar para si “a legítima maioria” (a caricatura, de 1914, chama-se “o Parlamento... do avesso”) ⁽²⁶⁾ ou a tentar endireitar o custo da vida, durante o governo do “mago” financeiro Afonso Costa ⁽²⁷⁾.

Mas a verdade é que o Zé nunca passará, como neste desenho de cómicos de 1925, dum zurzido por todos, um Polichinelo que todos sovam com paus legendados assim: “venha a camisa!”, “Peixe, uma infâmia!”, “Dá cá o dinheiro todo!”, “Aumento nas franquias!”, “Toma!”, “Contribuições!”, “Carne, um roubo!” ⁽²⁸⁾. Sete anos volvidos, passados os entusiasmos que lhe traz o novo mago equilibrador das Finanças públicas — Salazar —, o Zé vê-se como ciclista desastrado, batido por todos os Nicolaus da estrada: lá longe, no alto da colina, a bandeirola da meta diz “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, mas a estrada até lá está riscada de “política”, “vida cara”, “dificuldades”, “fome”, “desemprego” e “miséria” ⁽²⁹⁾: já Salazar iniciara o seu longo reinado como primeiro ministro “vitalício”, sem deixar ao Zé a ilusão

sequer de algum dia, mesmo por paródia e em período de Entrudo, governar qualquer pequena Baratária Lusitana...

Compreende-se assim que, à falta de comendas que vão sempre para os outros ⁽³⁰⁾, o Zé acaba por receber da Política nacional a “Grã-Cruz das três Ordens” e a “Comenda do Mérito Democrático”, ou seja, a do “Preito à Palermice”, com um barrete frígio no meio da roseta, e um barrete frígio seguro por duas fitas que dizem “Miséria”, “Encravação” e “Pobreza”, réplica real à célebre trilogia Liberdade-Igualdade-Fraternidade ⁽³¹⁾.

Compreende-se assim que, num assomo de religiosidade deste, em geral, descrente Povinho, o Zé peça de joelhos, fervorosamente, à Virgem de Fátima: “Nossa Senhora do Rosário de Fátima! Tende piedade de mim e livrai-me dos tormentos que hora me consomem...” ⁽³²⁾.

Tornemos à Baratária sanchesca. Um historiador espanhol contemporâneo, ao estudá-lo no seu admirável **Utopia e Contrautopia en el Quijote**, viu nele um elemento do pensamento utopizante. Sintetizando as belas páginas de análise que José António Maravall dedica ao assunto, diremos que no governo de Baratária subjaz a ideia de *utopia da razão em estado natural*, “a utopia da justiça segundo o bom senso” ⁽³³⁾, baseado na ideia de uma justiça que é manifestação espontânea da razão, diante de uma concepção formalista e organizada de justiça; segundo Maravall, esta ideia teria sido já assinalada por Max Weber, no seu **Economia e Sociedade** ⁽³⁴⁾. Há aqui também um mito pastoril, o da aldeia natural, onde se governa segundo a natureza, de acordo com o senso comum: mito agropastoril comum a tantos utopistas, a começar com a utopia insular de Thomas Morus. Em Cervantes, a utopia da Baratária surge como um sonho, uma espécie de delírio da fantasia, uma *utopia de evasão* onde um governo salomónico, de *sancta simplicitas*, ou uma utopia assumida como desafio à esquálida Topia dum mundo espanhol em declínio? Notemos, antes de mais, que Sancho é um aldeão promovido a escudeiro (o que desde logo sai dos cânones sociais da promoção dos escudeiros, extraídos da linhagem dos cavaleiros). Ora Sancho não crê na cavalaria nem nos valores do mundo em que vive o imaginário quixotesco: ele governa-se no seu dia-a-dia, e quererá governar a sua ilha, segundo a *sancta simplicitas* natural — e esse termo, vindo de S. jerónimo, fora retomado pelo franciscanismo e por Erasmo. Tomás de Celano recomendava a “santa simplicitas” que não sabe dizer nem fazer o mal, que não é o contrário da sabedoria mas a sua verdadeira irmã, a sabedoria desprezada de pompa e glória, simples e natural, que não quer ostentação nem riqueza, mas simplicidade e humildade. Esta “simplicitas” refere-se também à *politeia*, à ciência de governar, ao mando, que não é *libido dominandi* mas bom senso, segundo a natureza: governar seria seguir a natureza. O governo natural é o de Sancho Baratária: não é preciso penosos e grandes

conhecimentos para saber governar, basta seguir as máximas da natureza, de acordo com o *lumen rationis* que todos têm ⁽³⁵⁾. No conselho a Sancho para o seu governo, Quixote lembra que não são precisas nem muita habilidade nem muitas letras para se ser governador, pois o que interessa é ter boa intenção e desejo de acertar em tudo; isto eram os planos que o cavaleiro dirige ao seu escudeiro, apesar de este ser “de muy poco sal en la mollera” (o que Unamuno contesta, dizendo que se trata duma gratuita afirmação de Cervantes, desmentida logo pelo relato das suas agudezas e chistes) ⁽³⁶⁾. Numa época em que governar era função de letrados, a política do mero senso comum natural não podia deixar de ser utópica. Usando refrões a todo o momento, Sancho mostra que se rege pela experiência vulgar do quotidiano, o bom senso empírico: o seu governo é, deste modo, o de qualquer um, por qualquer um. Homem elementar, primário, simples pastor de cabras (como lembra Teresa Pança quando escreve à Duquesa) ⁽³⁷⁾ Sancho escreve Maravall “imagem da sociedade natural, no que se foi acumulando tanta experiência e tão sentenciosa e prudente maneira de ver as coisas, com tão só um pouquinho de luz para discernir com claridade o que tem ao alcance da mão, está em ótimas condições para poder governar, seguindo as máximas supremas da natureza, que não só são já acessíveis aos rústicos, mas também a toda a criatura que não se tenha separado do seio da nossa primeira mãe (...)” ⁽³⁸⁾. Vê-se bem, nesta perspectiva, o mito da idade doirada, pensamento tipicamente humanista, com o seu básico naturalismo moral (a que Maravall chama “pré-burguês”) ⁽³⁹⁾. É esta a dimensão claramente utópica da parábola de Baratária e do cabreiro que chegou a governador — ainda que só por sete dias.

Vem sendo tempo de nos despedirmos de Sancho e de abandonarmos de vez o confronto Pança/Povinho. O que nos levou tão longe nele foi mostrar até que ponto, afinal, o Sancho cervantino (e o Sancho do imaginário espanhol subsequente) nada tem a ver com a figura criada pelo nosso oitocentismo, a não ser, como logo dissemos, no tocante a uma provável sugestão que Bordalo Pinheiro colheu em Doré para imaginar “uma espécie de” Sancho Luso — mas sem toda a carga simbólica, utópica e metafísica que a figura espanhola criada por Cervantes levava consigo.

Apático, sozinho, indolente e sedentário, sovado, alheio à mania de Sancho em recorrer ao rifonário popular, vítima do fiasco e das autoridades, albardado — ele não segue “jericamente” ⁽⁴⁰⁾ um qualquer cavaleiro, é ele mero asno, animal de carga, eternamente montado ou agarrado aos apetrechos da nora, o Zé merecia desde 1875 — o ano mesmo do seu nascimento — o apodo de cavalo, pois na procissão que passa, na cavalgada a que deliciado assiste, o Zé é afinal o cavalgado:

*"No entanto vamos nós dormindo sem receio
Que a vida é bela assim — forçoso é confessá-lo.
Alegra-nos o ver que és obediente ao freio,
— Pois tu na cavalgada, ó povo, és o cavalo." (41)*

E esta postura de besta de carga — voltaremos a este ponto — distingue-o forçosamente e definitivamente do seu vago parente manchego: enquanto este, sonhando com Baratários, atravessa a Espanha escarranchado num burro e é vítima de desastres, logros e despropósitos, desde ser manteado a governar uma "ilha" fictícia, que lhe é "dada de barato" (42), o Zé nacional, a pé mas sobretudo imóvel, carrega com, tudo e com todos, desde as albardas do tempo do rei D. Luís à caterva de políticos republicanos (e depois estado-novistas, presume-se, pois a Censura vigiava para que os caricaturistas o não desenhassem), — mas sobretudo dorme, apático, desinteressado: ei-lo em 1933, deitado debaixo duma árvore, a dormir ("caça às moscas") (43), enquanto vai o diabo pelo resto do mundo: na Alemanha caçam-se judeus, em Espanha talassas e em Cuba machadistas. O mesmo desenhador, que iniciara a sua carreira em finais da Monarquia, resumira alguns meses antes o triste fado do Zé: "Para entreter..." (o Zé toca guitarra, sentado, ar desiludido e farto de tudo), pois: "Quem canta seu mal espanta..." (44).

A constituição, aprovada em Março desse ano, fora-lhe imposta como noiva obrigatória, já grávida de eleições para a futura Assembleia Nacional Salazarista, monócórdica e unanimista (45). Assim, em suma, o nosso Zé, depois de meio século de vida, aceitava tudo, desde ser montado por ingleses e políticos do constitucionalismo (46), por João Franco (47) e por Afonso Costa (48), até ser casado à força com uma constituição já grávida dum parlamento pré-fabricado...

Em suma, falso Sancho porque não tem Demónio interior (ou exterior...) que o inquiete e o desafie a montar qualquer Ruço atrás de qualquer Cavaleiro Andante, o Zé carece afinal de um fermento de idealidade, ambição e loucura que fizesse dele um escudeiro capaz de ascender à dignidade dum Quixote. Ao contrário, tudo suporta, geme — e dorme. A ele em verdade se podia aplicar o retrato do anti-quixote da jaculatória quixotesca antes das bodas de Camacho:

*"— Ó tu, homem mais felizardo de quantos vivem à face
da terra pois despromovido de invejas e tão-pouco
invejado, dormes com regalado ripanço, não te perseguem
encantadores, nem te preocupam encantamentos. Dormes,
galho bem ferrado, sem que te causem insónias os zelos
da tua alma dama, nem te apoquente o cuidado de dívidas*

a pagar e onde é que hás-de ir granjear o sustento do dia de amanhã para ti e tua desventurada família. Menos te atenaza a ambição, ou as pompas vãs do mundo te enfadam, uma vez que os teus pensares se limitam à razão que hás-de dar ao jerico. A manutenção da tua pessoa tenho-a eu às costas, contrapeso que a natureza e o uso impuseram aos amos”.(49).

O “dormir” é, no Zé, uma segunda natureza — e isto desde o seu “pai” Bordalo Pinheiro, que o imaginou deitado, deixando que o “rol dos santos reis” lhe passasse em cima, enquanto o Gulliver Lusitano continuava deitado (50) — outras vezes, pendularmente, passava do sono à revolta e da revolta ao sono (51). Mas o estar na cama, de olhos fechados (sonhando ou não), era-lhe afinal peculiar modo de “viver” a história: passivamente, entregue ao sono, como neste desenho de 1918, em que o soldado Zé povinho dorme, enquanto os médicos comentam: “— doença nova? Ali tens um que está atacado dela há mais dum século...” (52). O “nihil novum” da legenda superior deste desenho tanto se refere à doença em si — como ao estado tradicional (e secularmente) morboso do Zé: ele sofre do sono histórico, a passividade nihilista de quem desistiu de participar na vida histórica, — ainda que como aio de um qualquer “cavaleiro da triste figura”...

João Medina
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

NOTAS

(1) Edição portuguesa do Quixote com as ilustrações de Doré: **O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha** por Miguel de Cervantes Saavedra; tradutores Viscondes de Castilho e de Azevedo, desenhos de Gustavo Doré, (1832-1883), gravados por H. Pisan, Porto, Imprensa da Companhia Literária, 2 vols., 1876-1878 (pref. de M. Pinheiro Chagas, que também completou a trad., figurando esse título no rosto do vol. II). Citaremos mais adiante a trad. de Aquilino Ribeiro, **D. Quixote de la Mancha**, em 3 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, s. d., 350 + 322 + 350 p. O **D. Quixote** foi editado em Portugal desde 1794; parece que a 1ª edição ilustrada, “com 25 estampas finas”, seria a de 1830, traduzida para português mas editada em Paris, na oficina de Pillet Ainé — cf. Guilherme G. de Oliveira Santos, **Ao redor**

de duas Edições do "Dom Quixote de la Mancha", Lisboa, Livraria Portugal, s. d. (1980?), 127 p., ilustr...

(2) Cf. Ramalho Ortigão, **Costumes e Perfis**, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944, pp. 223-241.

(3) **Fábulas de La Fontaine; ilustrada por Gustave Doré, texto português de Bocage, C. Guerreiro, Filinto Elísio, Curvo Semedo, Costa e Silva, etc.**, Lisboa, tomo I, 1886, pp. XVII-XXV.

(4) São reproduzidas na ed. **Don Quijote de La Mancha**, Madrid, Espasa-Calpe, 1967, 810 p.; respectivamente, pp. 140, 429, 635, 653 e 763.

(5) Gabriel Celaya, **Poesia**, Madrid, Alianza Editorial, col. "El Libro de Bolsillo". 1981, pp. 106-108.

(6) As gravuras e vinhetas que citámos acham-se na edição ilustrada de **El ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha**, de Madrid, J. Pérez de Hoyo, 1965, respectivamente nas pp. 663, 851, 211, 972, 803.

(7) Cf. **Expresso/Revista**, de 9/VII/1983, des. de António.

(8) **Vida de Don Quijote y Sancho**, Madrid, Espasa-Calpe, col. Austral, 12ª ed., 1961, p. 158.

(9) Celaya, *op. cit.*, pp. 106. 108.

(10) Unamuno, *op. cit.*, p. 42.

(11) Unamuno, *op. cit.*, p. 41.

(12) Salvador de Madariaga, **Guia del Lector del Quijote/Ensayo psicológico sobre el "Quijote"**, Madrid, Espasa-Calpe, 1958, p. 122; itálico no original.

(13) Na trad. port. de A. Ribeiro: vol. III, p. 138; edição especial de 1965, p. 782.

(14) A coalescência dos dois personagens leva S. Madariaga a escrever dois capítulos do seu **Guia** intitulados "a quixotização de Sancho" (pp. 137 ss) e "a sanchificação de D. Quixote" (pp. 147 ss). Resumamos o essencial da interpretação de Madariaga. "D. Quixote é um cavaleiro valente e idealista. Sancho é um velhaco (*bellaco*) e um covarde. O que a tradição superficial não deixa ver é que esta linha antitética de primeira impressão se resolve num delicado e complexo paralelismo, cujo desenvolvimento é uma das maravilhas deste livro genial". (*Ibidem*, p. 122). Ora Sancho, longe de ser covarde, "é um homem viril, cuja coragem tem uma certa qualidade primitiva, animal, quase bestial" (p. 124). Esta fraternidade de almas entre o escudeiro e o fidalgo faz-se no caminho de aventuras, indo ambos atrás de ilusões

(o Poder, a Glória, ou seja, Baratária e Dulcineia), pelo que "se vão aproximando gradualmente, mutuamente, atraindo-se por virtude de uma inter-influência lenta e segura" (p. 137): modelando-se pelo amo, Sancho acabará louco e D. Quixote com juízo; o trato da vida desenganou tantas vezes o fidalgo que este fica ao nível do escudeiro, chegando a uma espécie de "humorismo que acompanha o desengano nas inteligências nobres" (p. 154). segundo Madariaga, o episódio da cova de Montesinos mostra-nos este Quixote humorista, um tanto realista e desenganado (cf. pp. 161-170).

(15) Menéndez Pidal, **De Cervantes y Lope de Vega**, Madrid, Espasa-Calpe, col. Austral, 5ª ed., 1958, p. 30). No cap. XLIV da 2ª parte, Cervantes escreve: "Conta-se que, apenas Sancho abalou, logo D. Quixote teve saudades" (trad. pag. de A. Ribeiro, vol. III, p. 139; ed. esp. de 1967, Espasa-Calpe p. 636).

(16) "Cabalgando en tres espaldas se las dan de caballeros y tú, pueblo, les aguentas [los señoritos Quijano y levantas
(...)
y aun sabiendo lo que sabes
nunca niegas tus servicios; santo y bueno!"
(G. Celaya, *op. cit.*, p. 107).

(17) Cervantes dá à mulher de Sancho diversos nomes: Mari Gutiérrez, depois Juana Pança e, por fim, Teresa Pança...

(18) Franz Kafka, conto "A verdade sobre Sancho Pança" in **La Muraille de Chine et autres Récits** (trad. de J. Carrive A. Vialatte), Paris, Gallimard, col. "Du monde entier", 1975; p. 132: "Sancho Pança que disse aliás nunca se gabou, conseguiu ao longo dos anos, devorando histórias de bandidos e romances de cavalaria, durante noites e vigílias, tirar inteiramente de si o seu demónio. Fê-lo tão bem que este — que mais tarde se chamou D. Quixote — se lançou então sem freio nas mais loucas aventuras (...).

Sancho Pança, talvez movido por um certo sentimento de responsabilidade, Sancho Pança que era um homem independente, seguiu calmamente D. Quixote nas suas aventuras e tirou delas, até ao último dia da sua vida, uma grande e útil distração".

Note-se que o cura da aldeia de D. Quixote afirmava que o escudeiro e o amo eram feitos da mesma matéria: "parece que los forjaron a los en una mesma turquesa, y que las locuras del señor sin las necedades del criado no valian un ardite" (um chavo), apud S. Madariaga, **Guia...**, p. 122.

(19) **Lanterna Mágica**, nº 26, 22-VII-1875, p. 131.

(20) **Os Ridículos**, 7-VIII-1925, p. 7, des. de Silva Monteiro.

(21) Como o sintetizava Alonso (Santos Silva) em 4 desenhos n'Os Ridículos, com as seguintes legendas: "À espera que a vida baixe, e antes dela baixar..." (e via-se o Zé sem comer nem beber, sem se vestir nem calçar, sem utilizar

sequer a retrete, finalmente no caixão) "...baixa o Zé à sepultura!..." (**Ridículos**, 19-II-1921, p. 2).

(22) Cf. des. de H. Collomb n'O **Século Cómico**, 14-X-1918, p. 1.

(23) Des. de Rocha Vieira (**Século Cómico**, 29-X-1917).

(24) Veja-se o des. de S. Monteiro n'Os **Ridículos** de 15-IV-1916 (o Zé puxando a nora da política) e de Alonso, no mesmo jornal, de 10-II-1928 (acumulação de albardas sobre um burro com a cara do Zé); e des. art. cit. no **Zé** de 17-XII-1912: o Zé carregado de albardas.

(25) Escreve Madariaga: "poder é para Sancho o que a glória é para D. Quixote. Como Dulcineia personifica a glória para D. Quixote, a ilha materializa o poder para Sancho. E, assim, como D. Quixote tem de crer em Dulcineia, a fim de crer em si mesmo, Sancho tem de crer em D. Quixote para crer na ínsula". (**Guia...** p. 135).

(26) **Os Ridículos**, 4-II-1914, p. 1; des. de S. Monteiro; nas bancadas estão os políticos: Bernardino, Costa, Almeida, Machado Santos, Camacho; as bancadas estão vazias; Braancamp Freire dá a palavra ao "Sr. José Povinho").

(27) **Os Ridículos**, 9-VII-1913, des. de S. Monteiro: as contas do Zé mostram que não se pode endireitar o orçamento caseiro pois este acusa um "deficit" mensal de 9.920 reis, embora Costa anuncie que logrou um "superavit" nas contas públicas, facto aliás tão satirizado na altura.

(28) **Os Ridículos** (des. de S. Monteiro, 10-I-1925, p. 1).

(29) Des. de Santos Silva (**Os Ridículos**, 24-VIII-1932).

(30) Des. de M. Collomb n'O **Século Cómico** de 22-X-1917: os figurões abicham as grã-cruzes e o Zé, a mão no peito, declara: "— Fiquem eles com as medalhas, que a mim basta-me LEALDADE, VALOR E MÉRITO..."

(31) **Os Ridículos**, 14-V-1916, des. de Alonso; o Zé é condecorado por A. Costa e António José de Almeida. A legenda de cima reza: "O primeiro agraciado é o Povo Soberano".

(32) Des. de Alonso, **Os Ridículos**, 13-X-1928, p. 1.

(33) José António Maravall, **Utopia y Contrautopia en el Quijote**, Santiago de Compostela, Ed. Pico Sacro, 1976, (1911-1986).

(34) *Ibidem*, loc. cit. e p. 234.

(35) O episódio da ilha Baratária ocupa os capítulos XLII, XLIII, XLIV, XLV, XLVII, XLIX, L e LIII da 2ª parte do **D. Quixote**. Os conselhos de D. Quixote a Sancho sobre a arte de governo (que, escritos, cairiam nas mãos dos Duques,

levando-os a encontrar siso na aparente loucura do Cavaleiro): cap. XLII e XLIII (vol. III da trad. de A. Ribeiro: pp. 125-135; ed. esp. do livro, ed. Espasa-Calpe: pp. 626-641). O nosso António José da Silva (1705-1739) deu a este episódio especial relevo — e originalidade — no seu *A Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança* (cf. *Vida de D. Quixote, Esopaida e Guerras do Alecrim*, Lisboa, INCM, 1975, pp. 37 ss maxime pp. 98-100).

(37) Quijote (ed. Espasa-Calpe), p. 690; lê-se ali, na carta de Teresa Pança à Duquesa: "(... en este pueblo todos tienen à mi marido por un porro, y que, sacado de gobernar un hatu de cabras, no pueden imaginar para qué gobierno puede ser bueno".

(38) J. A. Maravall, *op. cit.*, pp. 223-224.

(39) *Ibidem*, *loc. cit.*

(40) Cf. *Don Quijote*, ed. Espasa-Calpe, 1969, p. 56: "asnalmente"; trad. de Aquilino, vol. I, p. 68: "jericalmente".

(41) *Lanterna Mágica*, nº 3, 29-V-1875, p. 3.

(42) A povoação que lhe é dada como linha chama-se "Baratária" (ou *Baratario*) "por el barato con que se le habia dado el gobierno" (ed. Espasa-Calpe, p. 642; trad. Aquilino: cf. vol. III, pp. 145/6: "pelo barato, isto é, de mão beijada, com que foi promovido no seu governo). Ao dar-lhe a ilha o duque diz que é "uma ilha feita e acabada (insula hecha y derecha), redonda, com boas proporções, muito fértil e abundosa (...)" (trad. A. Ribeiro, III, p. 126; ed. esp. p. 626).

(43) Des. de Alonso, *Os Ridículos* (19-VIII-1933).

(44) *Os Ridículos*, 8-III-1933.

(45) Des. de Alonso. *Os Ridículos* (12-IV-1933; legendas: "Realizou-se o acto nupcial... Agora é esperar pelo nascimento da criança").

(46) Des. de R.B.P. no Ant. Maria de 9-IX-1880: José Luciano espicaça um Zé albardado, o rei D. Luís segura-lhe a rédea presa a um dente; um bando de políticos estão escarranchados no lombo: *Clarivari* de 17-III-1888; os políticos do rotativismo baloiçam-se no seu lombo (*A. Maria* de 30-VI-1881); o Zé carrega a lista civil e os políticos (*A. Maria*, 10-V-1883); o Zé, de gatas, suporta três albardas e um governo (*A. Maria*, 7-IV-1881); etc.

(47) O Zé carrega com um J. Franco fardado e armado: *Os Ridículos*, 3-VII-1907, des. de Guilherme Cayres.

(48) O Zé carrega com Afonso Costa, num projecto de estátua de *Os Ridículos*, 13-IX-1913; des. de S. Monteiro (?).

(49) **D. Quixote** (trad. A. Ribeiro), vol. II, p. 287. (Cf. ed. esp. Espasa-Calpe, p. 504).

(50) **António Maria**, 6-I-1881, pp. 4-5.

(51) **A Paródia**, nº 25, 23-VII-1903, pp. 9-10.

(52) **O Século Cómico**, 12-VIII-1918; des. não assinado (H. Collomb?)
Legenda superior: "nihil novum...".